



Gabinete do Arcebispo Primaz

HOMILIA

Ref. HML_23/2016

*Homilia na memória de
S. Frutuoso, S. Martinho e S. Geraldo*

Braga, Sé Catedral, 05.Dez.2016, 17h30

Viver numa sociedade plural

O tempo histórico de S. Geraldo coincide com o início da nacionalidade. Os militares andavam, nesses tempos, ocupados com a reconquista. Faziam-no com fé e com confiança de quem tem ideias claras. À medida que a reconquista acontecia, foi-se recompondo também a hierarquia eclesiástica. Foi ela quem cuidou da vida cristã, bem como da vida urbana. Reorganizou e reconstruiu cidades para que os homens e mulheres, crentes e cidadãos, retomassem a sua vida normal. Assim, ao ver a situação em que se vivia – ao nível material e habitacional –, a Igreja, sem esquecer a sua especificidade espiritual, esteve na génese de cidades organizadas e de aldeias novamente tranquilas.

Este cenário aconteceu também em Braga. S. Geraldo, terceiro bispo no início da reconquista, cuidou do material e do espiritual. Baptizou, segundo a tradição, D. Afonso Henriques na capela de S. Miguel do Castelo, em Guimarães. Defendeu ainda Braga no mundo eclesiástico e cuidou do povo perante as carências materiais em que se encontrava.

Poderemos, assim o entendo, transpor o seu exemplo para os nossos dias. O Arcebispo já não pretende reconstruir a cidade, mas sente-se comprometido e empenhado em que a cidade cresça segundo valores e princípios de um humanismo cristão. Na sua cidadania de serviço deve construir fraternidade e igualdade entre todos.

Esta sua actividade pode parecer que entra em confronto com uma mentalidade que se vem impondo ao longo das últimas décadas. Refiro-me à laicidade. Nem sempre é bem interpretada e, infelizmente, certos actores políticos manifestam ignorância sobre esta temática. Por causa desta interpretação, existe uma confusão generalizada sobre a relação entre Estado e sociedade.

O Estado, no respeito pela diversidade e na sua actuação política, é aconfessional. Mas a sociedade, por sua vez, pode não ser necessariamente laica. E não o é. Crentes, ateus, agnósticos e curiosos compõem o tecido humano e a cultura portuguesa. A sociedade é, efectivamente, plural no acreditar e nos seus valores materiais ou espirituais. Neste sentido, o direito à liberdade religiosa é um dos principais e primeiros direitos fundamentais. Fala-se amiúde da secularização como se o fenómeno religioso não tivesse importância ou como se a religião fosse uma dimensão da vida privada. A separação entre o temporal e o espiritual é absolutamente normal e até natural. Mas creio que conciliar a autonomia das realidades terrestres com o reconhecimento de Deus, de Cristo e da Igreja é algo que não fere a laicidade. A religião não pode ser imposta, assim como não devem existir condicionamentos ao exercício da vida religiosa, sob pena de se ferir um direito fundamental. Não se



pretendem privilégios para a Igreja. Trata-se, antes de mais, de respeitar e cuidar das necessidades e direitos do povo português, que na sua maioria é crente.

Estamos, tecnicamente, perante uma laicidade positiva. Não se exclui a religião nem se adoptam comportamentos hostis. Este é um caminho sensato e inteligente. Algo bem diferente daquilo que vamos observando nalguns contextos: uma mentalidade laicista, intimidatória e segregativa. Da nossa parte não nos cansamos em repetir que “A Igreja, em razão da sua missão e competência, não pode confundir-se de modo nenhum com a comunidade política nem está ligada a nenhum sistema político; ela é, ao mesmo tempo, sinal e salvaguarda da dignidade da pessoa humana. No terreno que lhe é próprio, a comunidade política e a Igreja são independentes e autónomos”.

Crer ou não crer é o resultado de uma escolha livre dos cidadãos. Do conjunto dessas escolhas nascem as sociedades inclusivas, às quais o Estado deve prestar auxílio. Dito de outro modo: um Estado laico tem a obrigação de estar ao serviço dos seus cidadãos crentes, se esse for o caso, na mesma medida, e com o mesmo empenho, que está para os não-crentes. E, de consequência, deve ajudar as instâncias intermédias que, em igual medida, estão ao serviço desses cidadãos. Daqui nasce a aceitação plena de uma laicidade saudável e equilibrada.

Existem estados laicos e estados laicistas. O laico cria as condições e os meios necessários para a experiência espiritual que os cidadãos necessitam e reclamam; o laicista vai criando dificuldades, umas vezes camufladas e outras manifestas, que dificultam o normal funcionamento das instituições religiosas. Já o Papa Pio XII distinguia entre uma “laicidade legítima e sã” de um “tipo de laicismo ideológico ou de separação hostil entre as instituições civis e as confissões religiosas”. A Igreja não pretende impor nada a ninguém. Pretende, isso sim, partilhar os seus tesouros espirituais, oferecer à sociedade o Evangelho, a riqueza do humanismo cristão e contribuir com um património cultural, intelectual e religioso para o bem comum.

Como nos recorda S. Paulo na segunda leitura, o respeito pela Palavra de Deus e a humildade do serviço leva-nos a olhar para as necessidades dos outros. As necessidades e o campo de actuação são de tal modo amplos que não nos podemos dar ao luxo de andar de costas voltadas. Trabalhar em conjunto é um sinal de respeito pelo povo que deposita nas instituições a sua confiança e as suas esperanças.

No que concerne à Igreja, importa que sejamos servos fiéis que administram com vigilância os bens confiados pelo Senhor. A vigilância é sinónimo de saber discernir e de estar atento àquilo que pode ser aproveitado para fazer crescer o Reino, bem como às realidades que impedem o seu crescimento. O ministério que a Igreja nos confiou é levado em vasos de barro e, por isso frágeis, mas é um poder sublime que vem de Deus e encontra n’Ele a única recompensa.

Que S. Geraldo nos ajude a viver esta sadia convivência, sem medos nem arrogâncias, para o bem da sociedade, que não é laica nem deseja atitudes laicistas.

† Jorge Ortiga, *Arcebispo Primaz*